



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

EDITAL DE LICITAÇÃO

1 – PREÂMBULO

1.1 - A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE (HUOP), com a devida autorização do Magnífico Reitor torna público, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria N.º 4863/2013-GRE de 09 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 9108, de 17 de dezembro de 2013, nos termos da Instrução de Serviço nº 002/2004-GRE, de 19 de abril de 2004, a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos com comodato de bombas de infusão lineares para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, regido pela Lei Estadual nº 15608 de 16 de agosto de 2007, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e regulamento previsto no Decreto nº 3.555/2000 e suas alterações, Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, e nas condições fixadas neste edital e seus anexos. O presente edital se encontra em conformidade com o Decreto Estadual nº 2452, de 07 de janeiro de 2004.

1.2 – A ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO poderá ser feita até o dia **24/06/2014**, às **09:00 horas**, na Área de Protocolo do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP/UNIOESTE), à Av. Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre - CEP 85.806-470 - Cascavel, Estado do Paraná.

1.3 - A ABERTURA DA PRESENTE LICITAÇÃO dar-se-á em sessão pública, a ser realizada no dia **24/06/2014**, às **09:30 horas**, de acordo com a legislação vigente mencionada no preâmbulo deste Edital.

1.4 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

2 – OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando o **registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos com comodato de bombas de infusão lineares para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP**, conforme condições, especificações, valores e estimativas de consumo constantes no Anexo I e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.

2.2. As aquisições poderão ser feitas para fornecimento de uma só vez ou parceladamente durante a vigência do registro de preços, a critério da instituição HU.

2.3. O Registro de preços terá prazo de vigência por 01 (um) ano, a contar da publicação do ato de homologação na Imprensa Oficial.

2.5 - Compõem esta Convocação Geral, além das condições específicas, constantes do corpo do Edital, os seguintes documentos:



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

- 2.5.1.** - Anexo I - Descrição dos Itens a serem Registrados e demais Informações;
- 2.5.2** - Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;
- 2.5.3** - Anexo III - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- 2.5.4** - Anexo IV - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- 2.5.5** - Anexo V - Modelo de Declaração de Observância ao disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da CF;
- 2.5.6** - Anexo VI - Modelo de Declaração de que cumpre as normas ambientais, na forma do Decreto Estadual n.º 6.252/06;
- 2.5.7** - Anexo VII - Minuta de Ordem de Fornecimento;
- 2.5.8** - Anexo VIII - Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- 2.5.9** - Anexo IX - Instrução de Serviço n.º 002/2004 – GRE
- 2.5.10** - Anexo X – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 2.5.11** - Anexo XI – Formulário de Avaliação de Bombas de Infusão de Linear
- 2.5.12** - Anexo XII – Instrumento para observação e controle de infusões em bomba linear.
- 2.5.13** - Anexo XIII – Minuta de Contrato de Comodato.
- 2.5.14** - Anexo XV – Resultado do chamamento de Equipos e Bombas.

3 – AQUISIÇÃO DO EDITAL

3.1 - O presente edital e demais informações encontram-se à disposição para verificação por parte dos interessados junto à Equipe de Apoio, no Hospital Universitário do Oeste do Paraná – (HUOP), na Av. Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre - CEP 85.806-470 Cascavel, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo **Fone/Fax: (45) 3321-5397**, ou ainda nas *home-pages* www.comprasparana.pr.gov.br ou www.unioeste.br/huop.

4 – REPRESENTAÇÃO LEGAL DA EMPRESA - CREDENCIAMENTO

4.1 – Antes da Sessão

4.1.1. O interessado em participar da presente licitação deverá indicar, até o dia 18/06/2014, pelo menos um representante a quem será comunicado os procedimentos referentes ao Pregão Presencial 020/2014.

4.1.1.1. Os dados do representante (nome completo, RG, endereço para contato, telefone/fax e e-mail) deverão ser enviados para o endereço: Av. Tancredo Neves, 3224, bairro Santo Onofre. CEP: 85.806-470, aos cuidados da Comissão de Licitação. O envelope deve estar devidamente identificado, informando o assunto, o conteúdo dos documentos e o número do Pregão. Ou ainda poderá ser enviado para o e-mail: licitacao.huop@gmail.com.

4.1.2. A não indicação de representante, no prazo estipulado no item **4.1.1**, implica aceitação dos procedimentos da Administração e, conforme o caso, revelia quanto aos atos que couberem ao licitante, até a data de abertura da licitação.

4.1.3. A não apresentação dessa declaração não inabilita os interessados, nem os impede de participar do certame.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

4.2. Durante a Sessão:

4.2.1. – Só poderá deliberar em nome do licitante, formulando ofertas/lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, um dos seus dirigentes contratuais ou estatutários, ou pessoa física ou jurídica, devidamente munido de documento de identificação pessoal, habilitada por meio de **Procuração, ou Carta de Credenciamento** conforme modelo do **Anexo II**, ou **documento equivalente**, outorgando poderes necessários à formulação de propostas e à prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Juntamente com a **Carta de Credenciamento** deverá ser apresentado Contrato Social e/ou Procuração e/ou qualquer documento equivalente na forma da lei para comprovar que o **OUTORGANTE** possui poderes em nome da empresa. Caso seja sócio ou titular da empresa, deverá apresentar documentos que comprovem sua capacidade de representar a mesma, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. A assinatura do **OUTORGANTE** na carta de credenciamento **deverá estar devidamente reconhecida em cartório notarial**. Estes documentos **deverão ser entregues ao Pregoeiro no início ou durante a reunião de abertura, ou enviada dentro do envelope da proposta, ou em um terceiro envelope. NÃO SERÁ ACEITA A APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO NO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE B). O não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante**, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

4.3 – Cada licitante terá um único representante nesta licitação que, por sua vez, somente poderá representar uma única empresa licitante.

4.4 - É vedada a representação de empresa por sócio de qualquer esfera de outra empresa proponente quando as mesmas estiverem concorrendo no mesmo procedimento licitatório, em cumprimento ao princípio da ampliação da competitividade e em respeito a igualdade entre os licitantes em relação ao sigilo do conteúdo das propostas.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação todos os interessados que preenchem as condições exigidas neste edital.

5.2 – Os interessados, até o dia, hora e local fixados no item **1.2**, deverão entregar a proposta comercial e os seus documentos de qualificação/habilitação, em envelopes distintos e devidamente fechados, com as seguintes identificações na parte externa:

EDITAL N.º 020/2014- PREGÃO

ENCERRAMENTO: Dia 24/06/2014 às 09:00 horas

ENVELOPE A - PROPOSTA DE PREÇO

PROPONENTE:

ENDEREÇO:.....

FONE/FAX:.....



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

CGC/CNPJ:

EDITAL N.º 020/2014- PREGÃO

ENCERRAMENTO: Dia 24/06/2014 às 09:00 horas

ENVELOPE B – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

ENDEREÇO:.....

FONE/FAX:.....

CGC/CNPJ:

5.3 – Atender ao disposto no item 7.10 do edital.

5.4 – Não será admitido o encaminhamento de proposta e de documentação por telex, fac-símile e/ou Internet.

5.5 – É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) pessoa física;

b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

e) empresa que esteja suspensa de participar de licitações realizadas pela Unioeste;

f) empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou.

5.6 - O proponente deve entregar os envelopes na Área de Protocolo do Hospital Universitário do Oeste do Paraná HUOP/Unioeste, no endereço citado no preâmbulo, até a data e horário máximo estipulado, não sendo permitido atraso, mesmo que involuntário, considerando-se como horário de entrega o protocolado pelo HUOP da Unioeste.

6 – PRÉ-HABILITAÇÃO

6.1 – *Os licitantes deverão apresentar Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no anexo IV. Esta declaração deverá estar devidamente assinada pelo OUTORGANTE que outorgou poderes ao representante ou pelo próprio representante desde que devidamente autorizado.*

6.2 – *A declaração poderá ser enviada dentro do envelope da proposta, ou em um terceiro envelope, ou entregue diretamente ao Pregoeiro, na abertura do certame.*

6.3 - A não apresentação desta declaração ou apresentação no Envelope de Habilitação (envelope B) implicará na exclusão do interessado nesta licitação.

6.4 - Em atendimento ao princípio da ampliação da competitividade, se o representante da empresa estiver presente e regularmente credenciado, esta declaração poderá ser confeccionada e assinada por ele no início da sessão.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

6.5 – Especificamente nos casos de Micro-Empresa – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP para garantir os direitos previstos na Lei Complementar 123/06, será obrigatório que a empresa apresente a **Declaração de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP (modelo Anexo VIII)**.

6.5 – Especificamente nos casos de Micro-Empresa – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP para garantir os direitos previstos na Lei Complementar 123/06, será obrigatório que a empresa apresente a **Declaração de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP (modelo Anexo VII)**.

6.5.1 - Juntamente com a declaração conforme anexo VII, a empresa deverá encaminhar Declaração de enquadramento de EPP/ME expedida pela Junta Comercial ou Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial, a fim de comprovação. **Sem a entrega deste documento a empresa não poderá usufruir do descrito na Lei Complementar 123/2006.**

6.5.2 – A não apresentação dessa declaração juntamente com a pré-habilitação implicará na preclusão no direito previsto no item **9.12** deste edital.

6.6 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de requisitos de habilitação do Edital e da sua habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

7 - DA PROPOSTA COMERCIAL

7.1 – A proposta comercial – **Envelope A**, deverá estar devidamente **identificada e assinada** pela empresa proponente através de seu representante legal ou daquele que tiver poderes outorgados para tal, devidamente habilitado, nos mesmos termos do item **4.2.1**. Deverá ser redigida em português, **datilografada ou digitada**, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, **com indicação do número deste edital**. Deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, discriminando-se minuciosamente o objeto cotado, observando-se o quantitativo de cotação de quantidade e o preço máximo unitário por item, constando obrigatoriamente ainda a marca e características técnicas do produto ofertado conforme descrito no Anexo I do presente edital, facilitando assim o julgamento, sob pena de desclassificação. **Não deverão ser cotados produtos que não atendam às especificações mínimas previstas no Anexo I, sob pena de desclassificação.**

7.1.1 - Obrigatoriamente, as empresas licitantes deverão informar a **marca** do produto ofertado na proposta, sob pena de desclassificação da proposta do item cotado.

7.1.2 - Para os acessórios/produtos originais serão assim considerados e aceitos todos aqueles cujas marcas encontram-se homologadas pelo fabricante do equipamento. Para tal o licitante deverá apresentar cópia do manual onde consta a indicação da marca e registro do produto na ANVISA.

7.2 – Os preços deverão ser cotados em moeda nacional (não se admitindo cotação em moeda estrangeira), limitada a 02 (duas) casas após a vírgula, sendo que os dígitos excedentes serão excluídos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

7.2.1 - O preço máximo unitário de cada item encontra-se indicado no Anexo I do presente edital.

7.2.2 – Faz-se necessário o acréscimo de uma terceira casa decimal nos itens acima descritos tendo em vista as seguintes questões:

- a)** Tais itens estão sendo solicitados em unidades;



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

- b) Devido ao consumo destes itens ser grande, a diferença de um milésimo por unidade representa uma diferença significativa no valor total;
- c) Optou-se pela aquisição por unidade e não embalagem dos itens já citados, devido ao fato dos mesmos terem apresentações variadas em relação à quantidade de fabricante para fabricante, evitando com isso um possível direcionamento.

7.3 – Nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com frete, cessão de uso, impostos, taxas, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado e entregue no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

7.4 – Prazo de entrega: os produtos deverão ser entregues no Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP (conforme estabelecido na Ordem de Compra), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva ordem de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente, independentemente de ausência ou especificação de forma diversa na proposta.

7.4.1 – Em caso de emergência ou calamidade pública, a contratada deverá efetuar a entrega, dos itens constantes nos Anexo I, no prazo máximo de 01 (uma) hora, somente em relação à quantidade mínima de gêneros alimentícios básicos solicitados necessários à manutenção provisória das atividades da instituição.

7.5 - Prazo de validade: a proposta terá validade durante todo o período do registro de preços, independentemente de ausência ou especificação diversa. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses a partir da homologação, desde que pesquisa prévia de mercado comprovadamente não revele preços inferiores àqueles registrados, excetuando-se por exemplo, liquidações ou promoções.

7.6 - Validade dos produtos: os produtos a serem entregues deverão ter validade de no mínimo 2/3 (dois terços) de validade útil do prazo total da validade, a partir da data de entrega dos produtos.

7.7 - A apresentação da proposta comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se o licitante às sanções previstas no art. 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2007, combinado com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

7.8 - Qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, ou catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos contactar a Enfermeira **Priscila Conde Bogo**, fone: (45) 3321-5121, das 13:00 às 17:00. Ou a Chefia do Setor de Almoxarifado, **Luiz Carlos Schmitz**, fone: (45) 3321-5316, das 8:30 às 12:00, das 13:30 às 17:00

7.9 – Chamamento de amostras:

7.9.1 – Conforme Processo Administrativo 002229/2014, Chamamento Público 003/2014, **todas as empresas deverão solicitar avaliação de suas amostras.**

7.9.2 - Conforme Processo Administrativo 02229/2014, Chamamento Público 003/2014, com abertura para recebimento de amostras de 30/04/2014 à 21/05/2014, as empresas participantes que apresentarem propostas com as marcas reprovadas terão suas propostas desclassificadas para o certame.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

7.9.3 – O Chamamento Público foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9196 de 30 de abril de 2014, assim como em jornais de grande circulação, cujo resultado da fase de análise foi publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná nº 9220, de 04 de junho de 2014.

7.9.4 - As empresas vencedoras no certame que não tiveram suas amostras submetidas ao Chamamento Público deverão submeter-se ao Chamamento Público entregando documentação e amostras até às 09:00 do dia 24/06/2014, de acordo com o solicitado no Chamamento Público 003/2014.

7.9.5 – A documentação apresentada para o processo licitatório não poderá ser aproveitada para o Chamamento Público, ou seja, a empresa deve apresentar documentações distintas para o processo licitatório e para o Chamamento Público.

8 – ISENÇÃO DE ICMS

8.1 - De acordo com os Decretos Estaduais nº 1.261/03, de 14.05.2003, e nº 1.546/03, de 04.07.2003, ambos contemplados no item 73-B do Anexo I – Isenções, do Regulamento do ICMS do Paraná, editados com amparo no Convênio ICMS 26/03 aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a operação INTERNA de venda (ou prestação de serviços de competência estadual) do objeto desta licitação é beneficiado pela isenção do ICMS, condicionada ao desconto no preço, do valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto na respectiva nota fiscal.

8.2 - Esta isenção do ICMS não se aplica aos seguintes casos:

8.2.1 - às aquisições de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, quando efetuadas junto a estabelecimento varejista.

8.2.2 - às aquisições de produtos efetuadas junto à Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte; e,

8.2.3 - às aquisições efetuadas com verbas de pronto pagamento.

8.3 - Assim, nos demais casos, todas as empresas **paranaenses, deverão considerar esse benefício e apresentar sua proposta, orçamento ou cotação de preço já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.**

8.4 - Para melhor esclarecimento, apresenta-se o seguinte exemplo: se a empresa vai cotar um produto que custa R\$ 100,00 com ICMS, ela deve constar em sua proposta o valor líquido, ou seja, sem o ICMS, no caso R\$ 82,00, concorrendo com este preço com as demais empresas licitantes.

8.5 - As alíquotas aplicáveis a cada produto, o cálculo para formação do preço com isenção e a forma de contabilização da **operação são encargos das empresas cotantes, assessoradas por seus respectivos contadores, razão pela qual o HUOP não prestará orientação nesse sentido, pois, são questões tributárias pertinentes à contabilidade das empresas e ao fisco estadual.**

8.6 - A empresa adjudicatária deverá emitir o documento fiscal com o valor total líquido, ou seja, sem o ICMS. Assim, utilizando o mesmo exemplo do item 8.4, a nota fiscal deverá ser emitida no valor de R\$ 82,00 e preenchida indicando os seguintes dados adicionais:

8.6.1 – Demonstração do desconto:



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

Preço total com ICMS.....R\$ 100,00

i. *Desconto referente à isenção do ICMS.. R\$ 18,00*

ii. *Preço total sem ICMS.....R\$ 82,00*

8.6.2 – No caso de nota fiscal com vários itens, a demonstração do desconto deverá ser feita pelo total, considerados os subtotais por alíquotas.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS LANCES

9.1 - As propostas comerciais serão abertas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em ato público, no dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, observado o subitem 1.4.

9.2 - Abertos os envelopes contendo as propostas, o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram as propostas comerciais apresentadas pelos licitantes e verificarão suas conformidades com os requisitos estabelecidos no edital, desclassificando-se as tecnicamente incompatíveis.

9.3 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.4 – O processo de julgamento das propostas será efetuado em conformidade com o Anexo I (por **item**). Serão classificados, pelo Pregoeiro, para etapa de lances, o licitante que apresentar proposta com menor preço e os demais licitantes que apresentarem propostas com preços até 10% (dez por cento), superior àquela de menor preço.

9.4.1 – Caso não seja verificado, no mínimo, 03 (três) propostas escritas nas condições do item **9.4**, serão classificadas as melhores propostas, até o máximo de 03 (três) propostas.

9.5 – Em seguida, iniciar-se-á a etapa de apresentação de lances verbais, pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

9.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

9.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

9.8 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a aceitabilidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

9.9 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor.

9.10 - Para fins de julgamento das propostas, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio levarão em conta o critério de **menor preço unitário**, nos termos do inciso VII do art. 49º, da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

9.11 – Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, será desclassificada e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

9.12 – Julgamento de empate, conforme Lei Complementar 123/06:



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

9.12.1 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, será assegurada primeiramente a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto na Lei Complementar n.º 123/2006, de 14/12/2006. Caso não ocorram as condições informadas na lei mencionada, a classificação se fará por sorteio, desde que preliminarmente observado o disposto no inciso I do art. 86 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

9.12.2 – A identificação do proponente como Microempresa – ME, ou Empresa de Pequeno Porte -EPP, deverá ser feita na forma do item 6.5 deste edital.

9.12.3 – O empate que trata a Lei Complementar 123/06 se refere aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.

9.12.4 - Para efeito do disposto no item **9.12.3** deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá no prazo de 02 (dois) minutos após o encerramento dos lances e assim que convidada pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão do direito, apresentar proposta de preço inferior à primeira classificada, situação esta em que passará à condição de primeira classificada do certame;

b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **9.1** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

9.12.5 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item **9.12.3** deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.

9.12.6 - O disposto no item **9.12** deste edital, somente aplicar-se-á quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.12.7 – Nas situações previstas nos itens **9.8** e **9.9**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.2 – No presente certame, serão registradas as propostas válidas dos proponentes classificados por item, na ordem de sua classificação.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 - O envelope **B**, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, e econômico-financeira, deverá conter:

10.1.1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores.

b.1) Conforme o disposto no artigo 5º e incisos da Lei Estadual nº 15.608/2007 e Artigo 3º parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93, **é vedada a participação de duas ou mais empresas que**



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

apresentem em seus contratos sociais os mesmos sócios, quando estiverem concorrendo no mesmo item.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

e) Declaração do proponente de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, de acordo com o modelo constante no Anexo III.

f) Declaração de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores), nos termos da Lei nº 9.854, de 27/10/99 conforme modelo constante no Anexo V.

g) declaração de cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22 de março de 2006 (critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente), conforme modelo constante no Anexo VI.

h) Certidão Simplificada da empresa proponente, emitida pela Junta Comercial da sede da empresa. **Validade da Certidão:** Essa deverá ter data de emissão de, no máximo, **45 (quarenta e cinco) dias** de emissão anteriores a abertura do certame.

h.1) Só será aceito protocolo da Certidão Simplificada acompanhado da Certidão vencida.

h.2) O protocolo não poderá ter data anterior a 10 (dez) dias anteriores a abertura do certame.

10.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal (**Alvará**) ou Estadual (**CICAD**), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativo a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União** expedido pelo Ministério da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei. A certidão pode ser obtida no site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores. A certidão do INSS pode ser obtida no site: <http://www010.dataprev.gov.br/CWS/CONTEXTO/PCND1/PCND1.HTML>



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

A certidão do FGTS pode ser obtida no site:
<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. <http://www.tst.jus.br/certidao>

10.1.3 - Para a comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do proponente, **com validade de, no máximo, 90 (noventa) dias**, contados a partir de sua emissão, exceto se houver previsão de prazo diferente na própria certidão. No caso de sociedade (s) civil (s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.1.4 – Para qualificação técnica de Materiais e Equipamentos:

a) Registro dos materiais e equipamentos no Ministério da Saúde/ANVISA: cópia do Diário Oficial da União devidamente sinalizada onde consta o protocolo e modelo oferecido.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, para os equipamentos, expedida pela ANVISA conforme determina a RDC nº 59, de 27 de junho de 2000 (Manual para regularização de equipamentos médicos na ANVISA, 2010).

c) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, para os materiais, expedida pela ANVISA conforme determina a RDC nº 25, de 21 de maio de 2009 (Manual de registro e cadastramento de materiais em uso em saúde, 2011).

d) Autorização de Funcionamento da empresa emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Deverá ser apresentada cópia da publicação do documento no Diário Oficial da União, devidamente sinalizada, da empresa **fabricante ou importadora, e da distribuidora** quando houver (Manual de registro e cadastramento de materiais em uso em saúde, 2011).

e) Licença de Funcionamento ou Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária local, na qual a empresa esteja sediada. Deverá ser apresentada cópia do documento da empresa **fabricante ou importadora, e para a distribuidora** quando houver (Manual de registro e cadastramento de materiais em uso em saúde, 2011).

f) Certificado de Calibração vigente do equipamento.

g) Certificado de conformidade dos equipos de uso único para infusão de solução PARENTERAL em bomba de infusão, conforme determinação da RDC nº 4 de fevereiro de 2011 e RDC nº 33, de 27 de junho de 2013;

h) Manual do equipamento proposto, em português, registrado na ANVISA;

10.1.5 – Para qualificação funcional:

a) Os materiais e equipamentos objetos desta licitação serão submetidos à avaliação conforme previsto no Chamamento Público 003/2014.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

10.1.5 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples autenticada. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

10.1.5.1 – **Apresentar preferencialmente os documentos na ordem listada no edital para facilitar a conferência da documentação.**

10.1.6 - **Regras específicas sobre a documentação de comprovação de regularidade fiscal aplicável às Microempresas – ME, ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006:**

a) as microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, para exercer o benefício da Lei Complementar 123/06, **ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida em edital**, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que estas apresentem alguma restrição ou se encontrem vencidas. O descumprimento desta exigência acarretará na inabilitação do licitante para o certame.

b) havendo alguma restrição nos documentos apresentados para comprovação da regularidade fiscal, será concedido o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, para apresentação de nova documentação já isenta das restrições apresentadas anteriormente, desde que haja requerimento específico para prorrogação e a licitante apresente motivos justos, visando desta forma, a comprovação da regularidade.

c) a não-regularização da documentação, no prazo estabelecido acima, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, bem como na aplicação das penas previstas no Art. 150 da Lei Estadual 15608/07 e art. 81 da Lei Federal 8666/93, por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria, sendo facultada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (HUOP), ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.2 - A habilitação do proponente estará condicionada, ainda, à regularidade da empresa junto ao INSS, através da confirmação da existência de CND válida, previamente requerida pelo proponente, e à Caixa Econômica Federal, através de CRF/FGTS válida, conforme consultas a serem realizadas via Internet, pelo Pregoeiro e/ou pela Equipe de Apoio;

10.3 - Os documentos necessários à habilitação do proponente (**item 10**) poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio, ou ainda publicação em órgão de Imprensa Oficial devidamente autenticada. Os documentos obtidos via internet e apresentados para o presente certame serão diligenciados pela comissão de licitação para fins de conferência.

10.4 - A autenticação dos documentos pelo Pregoeiro ou pelos membros da Equipe de Apoio poderá ser feita durante a sessão, desde que o proponente tenha enviado a cópia no envelope de documentação (Envelope B), e apresente o original até o momento da análise de seus documentos. A autenticação da documentação feita pelo Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio só será feita mediante apresentação das vias **originais** da documentação que será autenticada.

10.5 – Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

10.6 - Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na data e horário especificados no item 1.2 deste edital, com exceção dos documentos solicitados nos itens **4.1, 6.1 e 6.4**, os quais podem ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão. A falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do licitante.

10.7 – Após a análise da documentação, os membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

10.8 - **As empresas que apresentarem o CRC - Certificado de Registro Cadastral, de qualquer órgão da Administração Pública em plena validade, substituirá a apresentação dos documentos enumerados nos itens 10.1.1, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 10.1.2, alíneas “a” e “b”. O CRC - Certificado de Registro Cadastral deverá ter a data de validade expressa no documento.**

10.9 - **Os documentos que não especificarem a data de validade, ou que não tem data limite apontada pelo HUOP, não poderão ser com data de expedição anterior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes Habilitação, sob pena de inabilitação.**

11 – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11.2 – Caso a empresa esteja em débito ou apresente alguma irregularidade cadastral junto à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, os respectivos empenhos referentes às Ordens de Compra, Ordens de Fornecimento ou outros instrumentos equivalentes em nome do licitante, não poderão ser liberados, e de consequência estes não terão validade nem eficácia.

11.3 – A restrição prevista neste item estende-se a empresas sediadas em outros Estados da Federação, que possuam filial no Estado do Paraná, em situação irregular com a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná.

11.4 – Para possibilitar a liberação dos empenhos, a empresa será comunicada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, proceda a regularização de suas pendências junto à Receita Estadual do Paraná.

11.5 – Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, e verificado pela UNIOESTE a continuidade da pendência, a empresa decairá do direito à contratação com a Universidade, sem prejuízo de outras penalidades.

11.6 - A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, poderá, quando o convocado não regularizar suas pendências conforme previsto no item **11.4**, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 154 da Lei nº 15.608/2007 e demais cominações legais.

12 – SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DOS PREÇOS



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

12.1 - Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:

a) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais;

b) pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, nos termos legais;

c) por relevante interesse da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, devidamente justificado.

12.2 – Em caso de suspensão ou cancelamento dos preços de algum item constante do Anexo I, poderá a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em decorrência da urgência e necessidade, passar ao segundo colocado, se existir, mesmo sem conclusão do procedimento de suspensão ou cancelamento dos preços.

13 – REVISÃO/ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

13.1 – Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei Estadual 15.608/2007.

13.1.1 - O prazo para tramitação do processo de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo. Neste período a empresa deverá continuar atendendo as Ordens de Compra emitidas com os valores inicialmente registrados na licitação.

13.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

14 – FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

14.1 – Constatada a necessidade dos produtos, o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, procederá a emissão de Ordem de Compra, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento equivalente em nome do licitante, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente, e na proposta do licitante vencedor, relacionando-se os produtos pretendidos e suas quantidades, bem como os respectivos preços registrados, devendo a entrega ser efetuada conforme o item **7.4** deste edital. Quando da entrega do objeto por parte da empresa contratada, esta deverá emitir a nota fiscal em favor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, ou ainda em favor do Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, conforme disposto no Termo de Cooperação Técnica n.º 074/2003.

14.2 – O fornecimento deverá ser efetuado de acordo com a necessidade da instituição, de forma parcelada.

14.3 – A não entrega dos produtos no prazo estabelecido, implicará na rescisão contratual nos termos do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e demais legislações aplicáveis.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

14.4 - Os prazos de que tratam o item **14.1**, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.5 – **Quando da entrega dos produtos, a Nota Fiscal da (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ão) estar com CNPJ e Razão Social rigorosamente iguais aos apresentados nos documentos de Habilitação.**

15 – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Os bens objeto do fornecimento serão recebidos pela Administração, nos seguintes termos:

a) provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do bem fornecido com a especificação exigida.

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do bem fornecido e conseqüente aceitação pela Administração.

c) poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de entrega de produtos perecíveis e que necessitam de refrigeração.

15.2 - Os bens, uma vez solicitados deverão ser entregues pela contratada, diretamente:

15.2.1 - No Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, na Av. Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre – CEP 85.806-470 - Cascavel, Estado do Paraná, em dias úteis das 08:00 às 12:00, e das 13:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação, e conforme cronograma ou necessidade do Hospital, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações.

15.3 - A contratada se obriga nos termos do Art. 120 da Lei Estadual nº 15608/2007 a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique o paciente.

15.3.1. Na ocorrência do previsto no item **15.3**, o HUOP fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas no item 18 do presente Edital.

16 – DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

16.1 - Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações.

16.2 – O transporte dos bens, objetos desta licitação deve ser feito dentro do preconizado, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte, temperatura específica exigida para o produto, em veículo limpo, com cobertura protetora para a carga, de forma que mantenha a integridade do produto. Caso a empresa vencedora descumpra os quesitos de transporte, a insinuição poderá rescindir o contrato com a empresa, conforme o item **18.4** deste Edital.

16.2.1 - No momento da entrega, o entregador deve trajar vestimentas adequadas a manipulação do objeto a ser entregue, com calçado fechado e em condições satisfatórias de higiene.

16.3 – **Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes.** Na entrega



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

16.4 - Deve-se constar na Nota Fiscal de Vendas, a **numeração dos lotes e data de validade** dos objetos entregues.

16.4.1 - A partir de 1º/12/2010, conforme decretos, é **OBRIGATÓRIO EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM SUBSTITUIÇÃO AOS MODELOS 1 e 1A;**

16.4.2 - A partir de 01/03/2011, conforme decretos municipais 9604/2010 e 9701/2010, as empresas com sede no município de Cascavel/PR ficam **OBRIGADAS A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-E);**

16.5 - Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao produto entregue. Os produtos que apresentarem problemas e/ou defeitos serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, sem prejuízo para a instituição. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

16.6 – Sempre que a instituição julgar necessário, as empresas com itens registrados no processo licitatório, deverão oferecer capacitação e/ou treinamento.

16.7 – Bombas de Infusão Linear em regime de comodato:

16.7.1 - Caberá à empresa vencedora, à qual apresentou o menor preço para o LOTE do presente certame, comodato sem quaisquer ônus ao Hospital Universitário, 250 bombas de infusão linear novas compatíveis com os equipos entregues. Caso opte por modelos diferentes, enteral ou parenteral, a empresa deverá fornecer 200 bombas de infusão para soluções parenterais e 50 bombas de infusão para solução enteral. As referidas bombas deverão ficar disponibilizadas no hospital até o final dos materiais em estoque, quando então serão devolvidas a empresa vencedora do referido lote. A empresa também deverá prestar a manutenção e substituição dos equipamentos que apresentarem qualquer tipo de problema sem ônus para a Instituição.

16.7.2 - A empresa vencedora deverá apresentar manual em português de orientação registrado na Anvisa comprovando todas as características técnicas e funcionais, assim como orientar o uso correto do equipamento e explicitar o prazo máximo de utilização contínua do equipo, para que seja garantida a qualidade das estruturas do material e consequentemente a segurança do paciente.

16.7.3 - As bombas de infusão para utilização dos equipos dos itens deverão obrigatoriamente ser da mesma marca e modelo, salvo empresas que dispuserem e desejarem entregar bombas específicas para nutrição enteral.

16.7.4 - Deve assegurar também que as bombas de infusão sejam compatíveis com a infusão de medicamentos, soluções parenterais diversas, como, por exemplo, nutrição parenteral total (NPT); além de soluções de alimentação enteral.

16.7.5 - Após a homologação do processo, a empresa vencedora deverá apresentar plano de capacitação para todos os usuários do equipamento no HUOP, no prazo máximo de 10 dias. Esta capacitação deverá ocorrer em no mínimo em 3 datas diferentes, a serem definidas junto ao Serviço de Educação Continuada do HUOP e Serviço de Padronização, contemplando todos os turnos de trabalho. A instituição poderá acionar a empresa contratada para novas capacitações para o uso dos equipamentos sempre que julgar necessário. Deverá ser fornecido aos funcionários Certificado de Participação emitido pela empresa. A documentação destas capacitações será responsabilidade de



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

setor de Educação Continuada do Hospital Universitário do Oeste do Paraná em parceria com a empresa.

16.7.6 - A empresa deverá apresentar plano de manutenção dos equipamentos locados, contemplando no mínimo 2 manutenções preventivas durante a execução do contrato, no prazo máximo de 10 dias após a homologação do contrato. O responsável pela manutenção dos equipamentos deverá ser assistência técnica autorizada da marca. Deverá ainda atender ao chamado de manutenção corretiva em até 2 dias úteis. Para os equipamentos que apresentarem falhas e necessitarem de manutenção fora da instituição, os mesmos deverão ser repostos, a fim de que não haja prejuízo à assistência em saúde. Estes serviços deverão ocorrer sem ônus ao Hospital Universitário do oeste do Paraná.

16.7.6.1 - Ao realizar manutenção preventiva ou corretiva do equipamento a empresa deverá certificar-se da calibração do mesmo, caso a validade desta esteja expirando, deverá providenciar sua renovação.

16.7.6.2 - A empresa deverá garantir a renovação dos certificados de calibração dos equipamentos durante o período de contrato.

16.7.7 - O serviço técnico deverá ser executado por profissional sob responsabilidade da empresa contratada. A empresa contratada deverá possuir documento emitido pelo fabricante do equipamento atestando que a mesma recebeu treinamento e está habilitada a executar manutenção no equipamento parte integrante deste contrato.

16.7.8 - A empresa será responsabilizada pela ocorrência de eventos adversos aos usuários do Hospital Universitário do Oeste do Paraná por falhas mecânicas do funcionamento do equipamento fornecido, se estas estiverem acima da margem de erro que indica o manual que acompanha o equipamento.

16.7.9 - A empresa será responsabilizada por perdas financeiras relacionadas a perda de medicamentos ou soluções de nutrição parenteral que não infundirem no tempo programado por falha mecânica das bombas de infusão que ocasionarem taxa de erro superior a 5%, e perderem o prazo de validade.

16.7.10 - Todos os custos de deslocamento e hospedagem dos profissionais que farão a capacitação e/ou assistência técnica, manutenção preventiva, são de responsabilidade da empresa contratada.

16.7.11 - Caso a empresa vencedora descumpra as obrigações acordadas neste edital o Hospital Universitário do Oeste do Paraná poderá rescindir o contrato.

16.7.12 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA BOMBA DE INFUSÃO LINEAR QUE DEVE SER FORNECIDA EM COMODATO PELA EMPRESA CONTRATADA:

A Bomba de infusão volumétrica peristáltica linear, empilhável ou multicanal, que permita, preferencialmente, a infusão de soluções por via enteral e parenteral com controle eletrônico programável, sistema operacional simplificado com mensagens em português. Deve garantir o fluxo contínuo e uniforme de acordo com a programação independente da viscosidade, densidade, tensão superficial e temperatura das soluções a serem infundidas. Programação para pacientes adultos e pediátricos, podendo ser única ou não. Deve possuir vazão programável mínima de 0,1 a 999 ml/h com incremento de 0,1 ml, ou superior. Capacidade de volume infundido de 9999 ml, ou maior; tempo de programação mínimo de 1 minuto a 99 horas e 59 minutos. Possuir ao menos as programações de



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

volume por tempo (cálculo automático da vazão), e volume por vazão (cálculo automático do tempo). Deve possuir as funções: bolus; KVO (keep vein open); titulação (possibilidade de reprogramar o equipamento sem interromper a infusão em andamento); stand by e/ou pare, mantendo-se a última programação com a infusão interrompida, o tempo de espera pode ou não ser programável; deve ainda permitir zerar o volume da infusão para realização de balanço hídrico. Deve possuir detector de ar-na-linha; sistema de alarmes com sinais visuais (com indicação de fácil entendimento) e sonoros de ocorrência, indicativos de oclusão, ar-na-linha, infusão completa, bateria baixa e vazão incorreta. Os sinais sonoros podem ou não ter controle de volume ajustável. A bomba não deve ter erro superior a 5% da infusão programada; possuir bateria recarregável de longa vida, com autonomia mínima de 3 horas de uso com vazão de 25ml/h; e tensão de alimentação bivolt. ACESSÓRIOS: Suporte para frasco de solução; Sistema de fixação do equipamento em suporte de soro; Cabo de força em conformidade com a norma ABNT NBR 14136: 2012. Manual totalmente em português. Registro do equipamento no Ministério da Saúde. Estar de acordo com as normas técnicas: NBR - IEC 60601-1 - Equipamento eletromédico. Parte 1: Prescrições gerais para segurança, 01/10/1997. NBR - IEC 60601 - 2 - 24 - Prescrições particulares para a segurança de bombas e controladores de infusão, 01/12/1999; ou aquelas que venham a substituí-las. O fabricante do equipamento deverá ter assistência técnica devidamente comprovada, com atendimento em até 72h do chamado; Na entrega deverá ser fornecido treinamento para manuseio do equipamento.

16.7.13 - CASO A EMPRESA PROPONENTE OPTE POR OFERTAR BOMBA ESPECÍFICA PARA INFUSÃO ENTERAL: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA BOMBA DE INFUSÃO LINEAR PARA SOLUÇÃO ENTERAL QUE DEVE SER FORNECIDA EM COMODATO PELA EMPRESA CONTRATADA:

Bomba de infusão volumétrica peristáltica linear ou rotativa, para infusão de alimentação enteral com controle eletrônico programável, sistema operacional simplificado com mensagens em português. Deve garantir o fluxo contínuo e uniforme de acordo com a programação independente da viscosidade, densidade, tensão superficial e temperatura das soluções a serem infundidas. Possuir ao menos as programações de volume por tempo (cálculo automático da vazão), e vazão (ml/h). Deve contar com sistema de alarmes com sinais visuais (com indicação de fácil entendimento) e sonoros de ocorrência, indicativos de oclusão, ar-na-linha, infusão completa, bateria baixa e vazão incorreta. A bomba não deve ter erro superior a 5% da infusão programada; possuir bateria recarregável de longa vida, com autonomia mínima de 3 horas de uso com vazão de 25ml/h; e tensão de alimentação bivolt. ACESSÓRIOS: Suporte para frasco de solução; sistema de fixação do equipamento em suporte de soro; Cabo de força em conformidade com a norma ABNT NBR 14136: 2012. Manual totalmente em português. Registro do equipamento no Ministério da Saúde. Estar de acordo com as normas técnicas: NBR - IEC 60601-1 - Equipamento eletromédico. Parte 1: Prescrições gerais para segurança, 01/10/1997. NBR - IEC 60601 - 2 - 24 - Prescrições particulares para a segurança de bombas e controladores de infusão, 01/12/1999; ou aquelas que venham a substituí-las. O fabricante do equipamento deverá ter assistência técnica devidamente comprovada, com atendimento em até 72h do chamado. Na entrega deverá ser fornecido treinamento para manuseio do equipamento.

16.8 - Obrigações do Contratante:

16.8.1 - O CONTRATANTE deverá conservar as bombas de infusão em local apropriado.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

16.8.2 - Informar a CONTRATADA, da necessidade de manutenção corretiva e/ou substituição das bombas de infusão, sempre que o CONTRATANTE julgar necessário.

16.8.3 - O CONTRATANTE deverá garantir o encaminhamento da capacitação dos profissionais de enfermagem, e outros, que utilizarem as bombas de infusão para que estejam capacitados sobre o uso correto da bomba de infusão. Esta capacitação deve ser garantida pela empresa contratada conforme item 16.5.5 e 16.6.4 deste edital.

16.8.4 - O CONTRATANTE **Não** deverá utilizar o equipamento caso seja detectada qualquer anomalia na parte física da bomba de infusão e/ou falha de seu sistema de autoteste, durante a fase de inspeção deste equipamento e informará a CONTRATADA exigindo sua substituição.

16.8.5 - O CONTRATANTE **Não** deverá fazer nenhuma modificação ou adaptação no equipamento.

16.9 – Para a bomba de infusão linear, estas serão deixadas pelas empresas vencedoras em comodato e serão adquiridos os equipos.

17 – DO PAGAMENTO

17.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor responsável.

17.2 - A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

17.3 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação orçamentária a ser indicada no momento da contratação ou do pedido de fornecimento.

17.4 – Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação nº. 4534.12364084.178 (Unioeste), 4760.10302194.170 (Funsauúde) rubricas 1.4.1.0.3.3.90.30.21, nas fontes 100 e 250.

17.5 - A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues, conforme necessidade do Hospital Universitário, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos dispostos nos itens constantes do **Anexo I**.

18 – PENALIDADES

18.1 - Em caso de não envio da amostra, da documentação de habilitação, não assinatura da ata de registro de preços, inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, inadimplemento contratual ou não veracidade das



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativa, garantida prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UNIOESTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

18.2 - Para aplicação das sanções administrativas, a UNIOESTE levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme a seguir:

18.2.1 - A sanção administrativa de advertência será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e de contratação;

18.2.2 - A sanção administrativa de multa será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, inclusive, por atraso injustificado na entrega dos materiais, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração:

- a) De 1% (um por cento) sobre o valor total da ordem de compra, por dia de atraso no evento não cumprido, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor.
- b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra, por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra, pela não entrega do (s) materiais confirmado(s) pela empresa ou pela entrega em desacordo;
- d) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preço ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital.
- e) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- f) De 5% (cinco por cento) do valor total da ordem de compra pela entrega realização do serviço em desacordo com a proposta de preços aceita na sessão do pregão;

18.2.3 - A aplicação da multa não impede que a UNIOESTE rescinda unilateralmente o contrato ou instrumento equivalente, e aplique as demais sanções previstas na legislação estadual pertinente;

18.2.4 - As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa inadimplente da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

18.2.5 - No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

18.2.6 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, deverá ser cobrado o valor complementar. A multa não paga será cobrada administrativamente e/ou judicialmente.

18.3 - A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a UNIOESTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos art. n.º 154 da Lei Estadual n.º 15.608/07 ou nos incisos do art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

18.4 - A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos art. 156 da Lei Estadual n.º 15.608/07, ou nos incisos do art. 87 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

18.5 Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete a rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (HUOP), poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. n.º 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07, ou as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

18.6 - Comprovado que o bem fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

18.6.1 – As sanções administrativas prevista neste item 18.1 serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei Estadual n.º 15.608/07 e suas alterações, ou das cominações impostas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, além da instrução de Serviço n.º 003/2004 – GRE, de 14 de maio de 2004.

18.7 - Todas as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.8 - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de caso fortuito e força maior e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da UNIOESTE.

19 – DOS RECURSOS

19.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas imediata dos autos.

19.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

19.3 - O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4 – O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem inconsistentes ou meramente protelatórios.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

20 – ANEXOS DO EDITAL

20.1 – É facultada a apresentação dos Anexos em modelos próprios do proponente, desde que não descaracterizem suas finalidades.

21 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA

21.1 - Uma vez homologado o resultado desta Licitação, para a formalização da Ata de Registro de Preços, a proponente vencedora deverá observar o seguinte:

a) O Setor de Licitação enviará a Ata de Registro de Preços à empresa, em arquivo com a extensão “PDF”, por meio de correspondência eletrônica (e-mail), com solicitação de confirmação eletrônica do recebimento;

b) A empresa deverá verificar seus dados constantes no documento, comunicando imediatamente ao Setor de Licitação caso haja necessidade de correção;

c) Estando corretos os dados constantes no documento, a empresa deverá fazer a impressão da Ata de Registro de Preços em via única, providenciar a(s) assinatura(s), postá-la via Correio ou entrega-la no Setor de Licitação da instituição, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do e-mail;

21.1.1 - A comunicação de que trata a alínea “b” deverá ser feita por escrito e enviada por meio de correspondência eletrônica, fac-símile, ou protocolado no Setor de Protocolo da instituição.

21.1.2 - A não devolução das vias assinadas no prazo estabelecido nas alíneas “c” e “d” sujeitará a proponente vencedora à preclusão do direito à contratação, além da sanção prevista no Art. 154, inciso I, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

22 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE COMODATO

22.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Hospital Universitário do Oeste do Paraná –HUOP/UNIOESTE, convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato (Anexo XIII) em até 08 (oito) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

22.2 - O Hospital Universitário do Oeste do Paraná –HUOP/UNIOESTE, conforme o caso, designará um gestor ou fiscal, para acompanhar a execução das obrigações contratuais.

22.3 - O contrato deverá ser assinado pelo representante legal da empresa ou seu preposto habilitado.

22.4 - O responsável pela empresa ou seu preposto habilitado, deverá assinar o contrato no Setor de Compras do Hospital Universitário do Oeste do Paraná –HUOP/UNIOESTE.

22.5 - Opcionalmente, o contrato poderá ser enviado à empresa para que seja colhida a assinatura do responsável, ou preposto habilitado, cabendo a esta o reconhecimento da firma, para posterior encaminhamento ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná –HUOP/UNIOESTE.

23 – DO JULGAMENTO POR LOTE



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

23.1 – Os **LOTES** serão julgados sob a forma de menor preço por lote, onde os lances verbais serão por lote, e, finalizada a etapa de lances, o percentual de desconto será aplicado à todos os itens do lote.

23.1.1 - Os lances serão sobre o valor total do lote, somada todas as quantidades, mas as empresa não poderão ultrapassar o máximo unitário estipulado em edital.

23.2 – Faz-se necessário o julgamento por lote tendo em vista as seguintes questões:

a) evitar o transtorno e riscos ao paciente, uma vez que evita a troca de bomba na necessidade de aplicar outro tipo de medicação.

b) as bombas controlam horários e doses de medicação, exatamente na medida que o paciente necessita e a troca de bomba, caso o paciente necessite medicamento fotossensível, seria arriscar o tratamento e colocar em risco a boa recuperação do paciente.

c) As empresas deverão cotar todos os itens do lote, caso não o façam, serão desclassificadas para o lote.

24 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.

24.2 – O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

24.3 – Será(ão) lavrada(s) ata(s) do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ão) assinada(s) pelo Pregoeiro, pela equipe de Apoio e representantes credenciados presentes.

24.4 – É facultado ao licitante formular protestos consignando em ata dos trabalhos para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

24.5 - O Pregoeiro e/ou Autoridade Superior, na forma do disposto no § 3º, do art. 85, da Lei Estadual n.º 15608/2007, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer a instrução do processo licitatório.

24.6 - A licitação não implica na obrigatoriedade de compra por parte do Hospital Universitário do Oeste do Paraná. Até a entrega da Ordem de Compra, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento equivalente poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

24.7 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas (dia 18/06/2014 até às 09hs), qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital do pregão, conforme item **21.9** deste edital.



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

24.7.1 - A Administração decidirá sobre a petição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas anteriores a abertura do certame, ou seja, dia 23/06/2014. Em sendo acolhida a impugnação, ou se houver necessidade de alteração do edital, será designada nova data para a realização da licitação.

24.7.2 - A impugnação, bem como o julgamento, deverá seguir o disposto no Art. 72 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

24.8 - Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

24.9 - Os pedidos de esclarecimentos, impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser protocolizados na **Área de Protocolo do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP/UNIOESTE)**, para o **Setor de Licitação, A/C Pregoeiro, à Av. Tancredo Neves, 3244 – Bairro Santo Onofre - CEP 85.806-470 - Cascavel, Estado do Paraná**, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

24.10 - A participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de sub-itens, ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e demais documentos anexos.

24.11 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

24.12 – O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.13 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis, e dos princípios gerais de direito.

Cascavel, 04 de junho de 2014.

Karine D. Byhain Souza
Pregoeira

Luiz Sergio Fettback e/ou Carlos Alberto Piacenti
Diretor Geral do HUOP Vice Reitor



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO I – Descrição dos Itens a serem Registrados e demais Informações

Razão Social: _____

Endereço: _____ Fone: _____ Fax: _____

Para agilizar o processo solicitamos que as empresas apresentem, além da proposta escrita, a proposta em pen drive ou CD, conforme descreve o programa APLICATIVO DE PROPOSTAS - LICITAÇÃO - TASY, dentro do site www.unioeste.br/huop, no link licitações, na pasta do Pregão Presencial 020/2014. O preenchimento da proposta deverá seguir os passos apontados no programa que deverá ser baixado.

A planilha em formato txt. está disponível no mesmo link acima apontado, dentro da pasta do Pregão Presencial 020/2014.

A proposta eletrônica deverá ser entregue ao progoeiro da sessão após a abertura dos envelopes proposta.

Lote: 1 Valor edital: 463.505,0000

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VI. Máximo Edital	A/C/B
1	937	Equipo para administração de alimentação enteral de uso em bomba de infusão, fabricado com material atóxico, com ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, câmara de gotejamento flexível, tubo extensor de PVC com comprimento mínimo de 2,00m de cor diferenciada dos equipos de infusão parenteral, como por exemplo, azul ou lilás; com pinça rolete, terminação escalonada que permita a perfeita conexão em sondas de alimentação enteral, e impossibilite a conexão em acessos venosos, de modo a garantir a segurança do paciente, com tampa protetora. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter a sua integridade e esterilidade, externamente apresentando dados de identificação, procedência, número de lote, número do registro no Ministério da Saúde.	Pç	10.000,0000	11,5300	S/N/N
2	942	Equipo para administração de soluções parenterais Fotossensíveis, de uso em bomba de infusão, fabricado com material atóxico, com ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, gotejador padrão, câmara de gotejamento flexível, filtro de partículas de 15 micras, tubo extensor de PVC com no mínimo 2,15 metros de cor âmbar; pinça rolete, dotado ou não de injetor lateral tipo membrana auto-cicatrizante ou needle-free, terminação com rosca e tampa protetora. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter a sua integridade e esterilidade, externamente apresentando dados de identificação, procedência, número de lote, número do registro no Ministério da Saúde.	Pç	8.000,0000	12,7000	S/N/N
3	11551	Equipo para administração de soluções Parenterais de uso em bomba de infusão, fabricado com material atóxico, com ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, gotejador padrão, câmara de gotejamento flexível, tubo extensor de PVC com no mínimo 2,15 metros; Filtro de partículas de 15 micras; pinça rolete, injetor lateral tipo membrana auto-cicatrizante ou needle-free, terminação com rosca e tampa protetora. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter a sua integridade e esterilidade, externamente apresentando dados de identificação, procedência, número de lote, número do registro no Ministério da Saúde.	un	20.000,0000	11,4700	S/N/N
4	57809	Equipo com prime reduzido (máx. de 20ml) para administração de soluções parenterais de uso em bomba de	un	1.500,0000	11,4700	S/N/N



Hospital Universitário do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Processo nº 001756/2014

Pregão Presencial 020/2014– UNIOESTE — HUOP

infusão, podendo oferecer ou não bureta de 100ml a 150ml. Fabricado com material atóxico, disposto de ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, gotejador padrão, câmara de gotejamento flexível, tubo extensor de PVC com no mínimo 2,00 metros, filtro de partículas de 15 micras, pinça rolete, injetor lateral tipo membrana auto-cicatrizante ou needle-free, terminação com rosca e tampa protetora. Embalagem individual em papel grau cirúrgico, estéril, invólucro resistente ao manuseio, lacre capaz de manter a sua integridade e esterilidade, externamente apresentando dados de identificação, procedência, número de lote, número do registro no Ministério da Saúde.

AMOSTRAS E CATÁLOGOS:

A/C/B: Amostra ou catálogo ou bula – nos itens do Anexo I onde apresentar “S”, significa que o referido item precisará que sua amostra ou catálogo ou bula seja apresentada pelo vencedor.

Para os itens nos quais são solicitados amostra e catálogo, a amostra servirá apenas para visualização do material, sendo devolvida a amostra para a empresa no final do certame, restando apenas o catálogo.

Os catálogos solicitados para as empresas para comprovação de marca e modelo de material previsto em proposta, somente serão aceitos no formato original, ou cópia de boa qualidade previamente impressa. Devem possuir claramente as informações do modelo proposto e medidas aproximadas quando pertinente.

Disposições Complementares sobre as Propostas:

01 – Apresentar somente cotações de bens que atendam as especificações técnicas mínimas indicadas no Anexo I, sob pena de desclassificação.

02 – Não serão aceitas várias cotações (opções) para o mesmo item. Caso as propostas venham acompanhadas de opções, a UNIOESTE analisará e julgará somente as cotações de menor preço, desconsiderando as demais, independentemente de atendimento ou não das especificações técnicas estabelecidas no Anexo I.

03 – As quantidades indicadas no Anexo I deste edital são meramente referenciais e indicam apenas uma estimativa, e não representa de forma alguma garantia de aquisição, sendo que as aquisições serão formalizadas conforme a necessidade e demanda da UNIOESTE – HUOP.

Concordamos com todas as condições do Edital.

Data: ____/____/____

PROPONENTE

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO II

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
(documento optativo)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

Credenciamos o(a) Sr.(a).....
....., portador(a) da cédula
de identidade sob nº.....e CPF/MF sob nº, a
participar do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº
020/2014, Processo nº 001756/2014, instaurado pelo Hospital Universitário do Oeste do
Paraná, na qualidade de representante legal da empresa, com poderes para representar a
empresa, elaborar a proposta, oferecer lances, assinar atas, interpor de recurso e praticar
todos os demais atos que se fizerem necessários.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2014.

Nome:

RG/CPF

Cargo:

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2014, Processo nº 001756/2014, instaurado pelo Hospital Universitário do Oeste do Paraná, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2014.

Nome:

RG/CPF

Cargo:

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

O representante legal da Empresa
....., na qualidade de Proponente do procedimento licitatório sob a
modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2014, Processo nº 001756/2014, instaurado
pelo Hospital Universitário do Oeste do Paraná, declara para os fins de direitos que a
referida empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no respectivo
edital de licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2014.

Nome:

RG/CPF

Cargo:

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO.....

CNPJ:.....FONE/FAX:(0xx.....)

A proponente abaixo assinada, participante da licitação modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2014, Processo nº 001756/2014, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,.....de.....de 2014.

Nome:

RG/CPF

Cargo:

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL
E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
(documento obrigatório)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX: (0xx.....)

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 020/2014, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná/HUOP, de que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece o Decreto Estadual n.º 6.252/06, de 22 de março de 2006.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....,.....de.....de 2014.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

**DOCUMENTO PERTINENTE AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO
PARANÁ**

ANEXO VII

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº __/__/__

Pela presente Ordem de Fornecimento o Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, através de seu....., **ADJUDICA** os objetos abaixo descritos e **AUTORIZA** a Empresa_____, estabelecida à _____, nº __, Cidade_____, Estado_____, CNPJ sob nº _____, a fornecer de acordo com as regras contidas no Sistema de Registro de Preços deste Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, e no procedimento licitatório sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 020/2014-HUOP, o bem abaixo descrito, nos seguintes termos:

- 1) Objeto:
- 2) Quantidade:
- 3) Preço unitário:
- 4) Preço total:
- 5) Forma de pagamento:
- 6) Prazo de entrega:
- 7) Prazo de garantia:
- 8) Local de entrega:

Integram e completam a presente Ordem de Compra, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da FORNECEDORA, datada de __/__/__.

_____, em __ de _____ de 200__.

(assinatura da autoridade competente)

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA – ME, OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE - EPP
(documento obrigatório para microempresas e empresas de pequeno porte)**

PROPONENTE:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....FONE/FAX: (0xx.....)

Declaramos, sob as penas da lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 020/2014, instaurado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná/HUOP, de que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando sujeita aos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

.....de.....de 2014.

Nome:

RG/CPF:

Cargo:

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO IX

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 002/2004 - GRE

DATA: 19 de abril de 2004.

SÚMULA: Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no Sistema de Registro de Preços e dá outras providências.

O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto da Unioeste, considerando o disposto no Art. 15, Inciso II, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; considerando o Decreto Estadual nº 1180, de 09 de agosto de 1999; e considerando o Processo nº 5.707.909-6, de 22 de março de 2002, considerando o Decreto n.º 3.555/00,

RESOLVE O SEGUINTE:

Art. 1º Fica implantado o Sistema de Registro de Preços a que se refere o Inciso II, Art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente e para a contratação de serviços comuns indicados no Decreto n.º 3.555/00, para utilização exclusiva no Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, obedecendo ao disposto nesta Instrução de Serviço.

Art. 2º O Sistema de Registro de Preços destina-se à seleção de melhor proposta de preço a ser utilizado pela entidade elencada no Art. 1º desta Instrução de Serviço.

Art. 3º O registro de preços será sempre precedido de ampla pesquisa de mercado.

Art. 4º A licitação para o registro de preços será realizada na modalidade de Concorrência ou Pregão.

Art. 5º Caberá, exclusivamente, ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, o gerenciamento, administração e controle do Sistema de Registro de Preços.

Art. 6º Caberá, ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, ou à Reitoria da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, realizar o procedimento licitatório a que se refere o Art. 4º, *caput*, desta Instrução de Serviço, sendo que a operacionalização do Sistema de Registro de Preços ficará a cargo das Comissões Permanentes e Especiais de Licitação, nomeadas nos termos da Lei nº 8.666/93 ou do Pregoeiro e Equipe de Apoio constituída na forma da Lei n.º 10.520/02 e Decreto n.º 3.555/00, conforme o caso.

Art. 7º As respectivas Ordens de Compra oriundas dos preços registrados, visando a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente e para a contratação de serviços comuns indicados no Decreto n.º 3.555/00, exclusivamente para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, poderão ser emitidas por este ou ainda pela Reitoria da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Art. 8º A não utilização do registro de preços será admitida nas compras que se revelarem antieconômicas e quando, comprovadamente, se verificarem irregularidades que levem ao cancelamento do preço registrado.

Art. 9º Os fornecedores que tenham seus preços registrados poderão ser convocados a firmar contrato ou outro instrumento equivalente, observadas as condições do Sistema de Registro de Preços e a legislação em vigor.

§ 1º A Administração poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

§ 2º A Administração poderá, quando convocado o primeiro classificado e este não assinar o contrato ou não aceitar outro instrumento equivalente, convidar os classificados subsequentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o edital de licitação, independentemente da cominação prevista no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

§ 3º Quando o primeiro classificado não assinar o contrato ou não aceitar outro instrumento equivalente, o classificado subsequente que aceitar a proposta do primeiro classificado fica obrigado a fornecer, nos termos do § 2º do Art. 64 da Lei nº 8.666/93, somente a quantidade proposta pelo classificado que se negou a firmar a contratação com a Administração.

Art. 10 A Administração, observados os critérios e condições estabelecidos no edital de licitação, poderá contratar, concomitantemente, dois ou mais fornecedores que tenham preços registrados, na ordem de classificação e na quantidade proposta pelos classificados, nos termos do § 7º do Art. 23 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, será permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital de licitação fixar o quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

Art. 11 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

Parágrafo Único - Na hipótese mencionada no *caput* deste Artigo, os preços registrados deverão ser devidamente mencionados na ata de julgamento da licitação ou no processo administrativo das aquisições promovidas por dispensa e/ou inexigência de licitação.

Art. 12. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses.

§ 1º O registro de preços, mantidas as condições da licitação, poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, observando-se o prazo máximo fixado no *caput* deste Artigo, desde que o edital de licitação contenha a previsão de prorrogação e que pesquisa prévia de mercado não revele preços inferiores àqueles registrados.

§ 2º O proponente que tenha seus preços registrados e/ou contratados fica obrigado, no prazo de validade do registro, computadas todas as prorrogações, a aceitar, nas condições registradas no Sistema de Registro de Preços, os acréscimos que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente.

Art. 13. O preço registrado poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, nos termos do Art. 109, Inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas seguintes hipóteses:

I - Pela Administração, quando:

- a o proponente que tenha seus preços registrados e/ou o contratado não cumprir as exigências contidas na legislação pertinente;
- b o proponente que tenha seus preços registrados, injustificadamente, deixar de firmar o contrato ou não aceitar outro instrumento equivalente, decorrente do registro de preços;
- c o contratado der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por quaisquer dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos, da Lei nº 8.666/93;

d os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

II - Pelo proponente que tenha seus preços registrados, quando, mediante solicitação formal, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências contidas no procedimento que deu origem ao registro de preços.

§ 1º A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos no Inciso I deste artigo, será feita pela Unidade administrativa responsável pelo Sistema de Registro de Preços, por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

§ 2º Encontrando-se o proponente que tenha seus preços registrados e/ou contratado em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação em Diário Oficial, por 02 (duas) vezes consecutivas.

§ 3º A solicitação do proponente e/ou contratado para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada, devidamente fundamentada, mediante instrumento hábil protocolado.

§ 4º Na hipótese de não comprovação das razões da solicitação de cancelamento do preço registrado, caberá a aplicação das sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93.

Art. 14 Os preços registrados poderão ser revistos na forma e condições constantes no edital, cabendo à Unidade administrativa responsável pelo Sistema de Registro de Preços o controle e o acompanhamento de possíveis alterações dos preços.

Parágrafo Único - Os preços registrados atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

Art. 15 Os preços registrados serão publicados trimestralmente no Diário Oficial do Estado, para orientação da Administração.

Art. 16 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preços constantes do registro de preços, em razão de incompatibilidade desse com o vigente no mercado.

Parágrafo Único - A impugnação de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser encaminhada à Unidade administrativa responsável pelo Sistema de Registro de Preços, mediante protocolo e conter a qualificação do impugnante, as razões de fato e elementos probatórios, se houverem.

Art. 17 O edital de licitação conterá demais exigências e condições complementares às fixadas nesta Instrução de Serviço.

Art. 18 Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e, ainda, a Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00, conforme o caso.

Art. 19 Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se.

Alcibiades Luiz Orlando
Reitor

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014– UNIOESTE — HUOP

ANEXO X

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – HUOP, situada a Avenida Tancredo Neves, 3224, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, representada pelo Diretor Geral do HUOP Dr. Luiz Sergio Fettback e ou pelo Vice-Reitor Professor Carlos Alberto Piacenti, que poderão atuar em conjunto ou individualmente, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 020/2014, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de equipos com comodato de bombas de infusão lineares para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP**, conforme condições, especificações, valores e estimativas de contingente constantes no Anexo I e nos termos deste edital e seus anexos, e para fornecimento de acordo com as necessidades do Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados encontram-se em anexo.

1.3. Este documento não importa necessariamente em contratação, podendo a autoridade competente revoga-la, total ou parcialmente, por razões de interesse público, derivado a fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada.

1.4. Reservam-se à Autoridade Competente os direitos de revogar no todo ou em parte a presente licitação, ou devendo anulá-la por ilegalidade, assegurado o contraditório e ampla defesa, conforme disposto no Art. 49 e parágrafos da Lei Federal 8.666/93 e Art. 91 da Lei Estadual 15.608/2007.

1.5. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.5.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.5.2. A ata de Registro de preços terá prazo de vigência por 01 (um) ano, a contar da publicação do ato de homologação na Imprensa Oficial.

1.5.3. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação

do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.6. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o HUOP solicitará ao fornecedor, formalmente, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos valores praticados.

2. DA GERENCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – HUOP.

3. FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

3.1. Constatada a necessidade dos produtos, o Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP, procederá a emissão de Ordem de Compra, Ordem de Fornecimento ou outro instrumento equivalente em nome do licitante, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos, na legislação vigente, e na proposta do licitante vencedor, relacionando-se os produtos pretendidos e suas quantidades, bem como os respectivos preços registrados, devendo a entrega ser efetuada conforme o item 7.4 deste edital. Quando da entrega do objeto por parte da empresa contratada, esta deverá emitir a nota fiscal em favor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, ou ainda em favor do Fundo Estadual de Saúde – FUNSAÚDE, conforme disposto no Termo de Cooperação Técnica n.º 074/2003.

3.2. O fornecimento deverá ser efetuado de acordo com a necessidade do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, de forma parcelada.

3.3. A não entrega dos produtos no prazo estabelecido, implicará na rescisão contratual nos termos do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e demais legislações aplicáveis.

3.4. Os prazos de que tratam o item 14.1, poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

3.5. Quando da entrega dos produtos, a Nota Fiscal da (s) empresa (s) vencedora (s) deverá (ão) estar com CNPJ e Razão Social rigorosamente iguais aos apresentados nos documentos de Habilitação.

3.6. Não será aceito, em nenhuma mudança de CNPJ nas notas fiscais entregues no decorrer do registro de preço, sob pena de desclassificação.

4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os bens objeto do fornecimento serão recebidos pela Administração, nos seguintes termos:

a) provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do bem fornecido com a especificação exigida.

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do bem fornecido e conseqüente aceitação pela Administração.

c) poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de entrega de produtos perecíveis e que necessitam de refrigeração.

4.2. Os bens, uma vez solicitados deverão ser entregues pela contratada:

4.2.1. No Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, na Av. Tancredo Neves, 3224 – Bairro Santo Onofre – CEP 85.806-470 - Cascavel, Estado do Paraná, em dias úteis das 08:00 às 12:00, e das 13:00 às 17:00 horas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação, e conforme cronograma ou necessidade do Hospital, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações.

4.3. A contratada se obriga nos termos do Art. 120 da Lei Estadual nº 15608/2007 a ajustar,

refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique o paciente.

4.3.1. Na ocorrência do previsto no item 15.3, o HUOP fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas no item 18 do presente Edital.

5. DA RESPONSABILIDADE QUANTO AO ATENDIMENTO

5.1. Ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante as especificações, condições e obrigações.

5.2. O transporte dos bens, objetos desta licitação deve ser feito dentro do preconizado, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte, temperatura específica exigida para o produto, em veículo limpo, com cobertura protetora para a carga, de forma que mantenha a integridade do produto. Caso a empresa vencedora descumpra os quesitos de transporte, o Hospital Universitário poderá rescindir o contrato com a empresa, conforme o item 18.4 deste Edital.

5.3. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

5.4. Deve-se constar na Nota Fiscal de Vendas, a numeração dos lotes e data de validade dos objetos entregues.

5.5. A partir de 1º/12/2010, conforme decretos, é OBRIGATÓRIO EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA EM SUBSTITUIÇÃO AOS MODELOS 1 e 1A;

5.6. A partir de 01/03/2011, conforme decretos municipais 9604/2010 e 9701/2010, as empresas com sede no município de Cascavel/PR ficam OBRIGADAS A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-E);

5.7. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos por uma Comissão composta de servidores da instituição, a qual ao final dos trabalhos de conferência, emitirá laudo de recebimento em relação ao produto entregue. Os produtos que apresentarem problemas e/ou defeitos serão rejeitados, obrigando-se o fornecedor a substituí-los, sem prejuízo para a instituição. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do bem objeto do fornecimento, desde que o mesmo esteja de acordo com o solicitado pela Administração, e acompanhado da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor responsável.

6.2. A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

6.3. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação orçamentária a ser indicada no momento da contratação ou do pedido de fornecimento.

6.4. Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos da dotação nº. 4534.12364084.178 (Unioeste), 4760.10302194.170 (Funsauúde) rubricas 1.4.1.0.3.3.90.30.21, nas fontes 100 e 250 .

6.5. A entrega do objeto relativo à presente licitação dar-se-á sob a forma de fornecimento parcelado, sendo que somente serão pagos os valores relativos ao fornecimento dos

produtos efetivamente entregues, conforme necessidade do Hospital Universitário, sendo que este não estará obrigado a adquirir a quantidade total dos produtos dispostos nos itens constantes do Anexo I.

7. PENALIDADES

7.1 - Em caso de não envio da amostra, da documentação de habilitação, não assinatura da ata de registro de preços, inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UNIOESTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

7.2 - Para aplicação das sanções administrativas, a UNIOESTE levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme a seguir:

7.2.1 - A sanção administrativa de advertência será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e de contratação;

7.2.2 - A sanção administrativa de multa será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, inclusive, por atraso injustificado na entrega dos materiais, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração:

- a) De 1% (um por cento) sobre o valor total da ordem de compra, por dia de atraso no evento não cumprido, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor.
- b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra, por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra, pela não entrega do (s) materiais confirmado(s) pela empresa ou pela entrega em desacordo;
- d) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preço ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital.
- e) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- f) De 5% (cinco por cento) do valor total da ordem de compra pela entrega realização do serviço em desacordo com a proposta de preços aceita na sessão do pregão;

7.2.3 - A aplicação da multa não impede que a UNIOESTE rescinda unilateralmente o contrato ou instrumento equivalente, e aplique as demais sanções previstas na legislação estadual pertinente;

7.2.4 - As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa inadimplente da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

7.2.5 - No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

7.2.6 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, deverá ser cobrado o valor complementar. A multa não paga será cobrada administrativamente e/ou judicialmente.

7.3 - A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a UNIOESTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos art. n.º 154 da Lei Estadual n.º 15.608/07 ou nos incisos do art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.4 - A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos art. 156 da Lei Estadual n.º 15.608/07, ou nos incisos do art. 87 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.5 - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete a rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (HUOP), poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. n.º 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07, ou as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

7.6 - Comprovado que o bem fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

7.6.1 – As sanções administrativas prevista neste item 7.1 serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei Estadual n.º 15.608/07 e suas alterações, ou das cominações impostas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, além da instrução de Serviço n.º 003/2004 – GRE, de 14 de maio de 2004.

7.7 - Todas as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.8 - As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de caso fortuito e força maior e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da UNIOESTE.

8. CONSEQÜÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E SUAS PROIBIÇÕES

a) Paralisação imediata da aquisição dos produtos será a medida tomada pela CONTRATANTE caso venha a ser informada, por qualquer meio, da ocorrência de irregularidades, ou que se verifique, “in loco”, o descumprimento das normas vigentes.

b) Rescisão ou cancelamento do contrato em face do descumprimento contratual, em caso de confirmação da denúncia ou vistoria e o não atendimento de adequação no prazo de 05 (cinco) dias, exigido pela CONTRATANTE.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) efetuar o pagamento ajustado e,

b) dar à contratada as condições necessárias a regular execução do assumido em licitação.

c) realizar a fiscalização dos produtos adquiridos.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o Princípio do Interesse Público, a finalidade e a segurança da contratação, objeto do presente edital.

10.2. Esta licitação poderá ser revogada por interesse público e anulada por ilegalidade de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, aplicando-se os procedimentos inerentes aos recursos quanto à concessão de prazo para contraditório.

10.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

10.4. A licitação não implica na obrigatoriedade de contratação por parte da instituição. Até a assinatura do contrato, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

10.5. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

10.6. O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.7. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

10.8. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis, e dos princípios gerais de direito e serão dirimidas pelo Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio. Sem mais nada a tratar, assinam a presente Ata de Registro de Preços.

DIRETOR GERAL

Representante da empresa

Testemunhas:

ANEXO XI
FORMULÁRIO DE PARECER TÉCNICO
BOMBA DE INFUSÃO LINEAR

Considerando os requisitos mínimos dispostos em edital, as necessidades do setor e dos pacientes atendidos, avalie o desempenho das funções dos materiais e equipamentos propostos. Justifique o motivo de insatisfação, quando houver.

Materiais testados:

- ☐ 937-Equipos enteral bomba de infusão
- ☐ 942-Equipos fotossensíveis bomba de infusão
- ☐ 11551-Equipos macro bomba de infusão
- ☐ 57809-Equipos macro neonatal bomba de infusão
- ☐ Bomba de infusão linear
- ☐ Bomba de infusão de alimentação enteral

Observação: As bombas para infusão de soluções parenterais deverão apresentar obrigatoriamente Sistema de Peristaltismo Linear (dedilhamento). Enquanto as bombas específicas para alimentação enteral poderão apresentar tanto o Sistema de Peristaltismo Linear quanto Circular (roldana).

Setor onde ocorreu a avaliação:

- ☐ UTI geral
- ☐ UTI pediátrica
- ☐ UTI neonatal
- ☐ UCI neonatal
- ☐ Pediatria
- ☐ Pronto Socorro
- ☐ F2 - Clín. médica e cirúrgica

ITENS PARA AVALIAÇÃO

1. Sobre as amostras

a. A quantidade de material oferecida para teste foi suficiente? () Sim () Não

Obs: _____

b. As amostras estavam em boas condições para teste? () Sim () Não

Obs: _____

2. Sobre os equipos ofertados

a. O equipo atende aos critérios de qualidade definidos pela Instituição e normas técnicas da ANVISA? (Considerar: embalagem; qualidade do material; efetividade de uso) () Sim () Não

Obs: _____

3. Com relação a bomba infusora:

a) É de fácil manuseio? () Sim () Não

Justifique _____

b) O seu tamanho é adequado, tendo em vista o espaço físico existente? () Sim () Não

Justifique _____

c) A programação de infusão se manteve constante durante o período? () Sim () Não

Justifique _____

d) O alarme possui boa sonorização e visualização? () Sim () Não

Justifique _____

e) É de fácil transporte? () Sim () Não

Justifique _____

4. Durante o procedimento com o material ocorreu algum tipo de efeito indesejável?

() Sim () Não

Qual? _____

APÓS AVALIAÇÃO DO PRODUTO VOCÊ DETECTOU:

Pontos Positivos:

Pontos Negativos:

CONCLUSÃO DO TESTE REALIZADO

() APROVADO

() REPROVADO

Justificativa:

Responsável pela avaliação (nome, categoria e carimbo)

Parecer Final da Comissão:

Responsável pela validação (nome, categoria, carimbo)

ANEXO XII
INSTRUMENTOS PARA OBSERVAÇÃO E CONTROLE DE INFUSÃO EM
BOMBA LINEAR



Observação número: _____ **Marca:** _____ **Modelo:** _____

1. Infusão: () NPT () Soro () Dieta () Medicação contínua () Medicação intermitente
 2. Equipos utilizados: () Macrogotas () Prime reduzido - neonatal () Enteral () Fotossensível
 3. Nome do medicamento: _____
 4. Volume a ser infundido: _____ 5. Velocidade de infusão prescrita: _____
 6. Data da infusão: _____ 7. Tempo de infusão programado: _____
 8. Horário de início infusão: _____ 9. Horário de término da infusão: _____ 10.
- Tempo gasto para inserir dados e programar a bomba até o início (start) da infusão (CRONOMETRAR): _____
11. Durante a infusão houve alguma interrupção da infusão? () SIM () NÃO
Motivo: () Banho () Exame () Transporte () Outros? _____
Tempo: () 1 a 15 min. () 15 a 30 min. () 30 a 60 min. () Mais de 60 minutos
 12. Foram observadas não-conformidades durante a infusão? () SIM () NÃO
Motivo: () Atraso na infusão () Sobras de solução
() Alarmes. Quais? _____
() Outros _____
 13. Profissional responsável: _____ (nome/COREN) 14. Data: ____/____/2014

INSTRUMENTOS PARA OBSERVAÇÃO E CONTROLE DE INFUSÃO EM
BOMBA LINEAR



Observação número: _____ **Marca:** _____ **Modelo:** _____

1. Infusão: () NPT () Soro () Dieta () Medicação contínua () Medicação intermitente
 2. Equipos utilizados: () Macrogotas () Prime reduzido - neonatal () Enteral () Fotossensível
 3. Nome do medicamento: _____
 4. Volume a ser infundido: _____ 5. Velocidade de infusão prescrita: _____
 6. Data da infusão: _____ 7. Tempo de infusão programado: _____
 8. Horário de início infusão: _____ 9. Horário de término da infusão: _____ 10.
- Tempo gasto para inserir dados e programar a bomba até o início (start) da infusão (CRONOMETRAR): _____
11. Durante a infusão houve alguma interrupção da infusão? () SIM () NÃO
Motivo: () Banho () Exame () Transporte () Outros? _____
Tempo: () 1 a 15 min. () 15 a 30 min. () 30 a 60 min. () Mais de 60 minutos
 12. Foram observadas não-conformidades durante a infusão? () SIM () NÃO
Motivo: () Atraso na infusão () Sobras de solução
() Alarmes. Quais? _____
() Outros _____
 13. Profissional responsável: _____ (nome/COREN) 14. Data: ____/____/2014

Processo nº 001756/2014

Pregão nº 020/2014 – UNIOESTE — HUOP

ANEXO XIII

MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO DE BOMBAS DE INFUSÃO LINEARES CONTRATO Nº. XXX/2014-HUOP

Comodato de Bombas de Infusão Linear, estabelecendo obrigações, duração, devolução e rescisão para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná-HUOP/UNIOESTE e a empresa xxxxxxxxxxxx.

O Hospital Universitário do Oeste do Paraná-HUOP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob N.º78.680.337/0007-70, sito na Avenida Tancredo Neves, 3224, na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada Diretor Geral do HUOP Dr. Luiz Sergio Fettback e ou pelo Vice-Reitor Professor Carlos Alberto Piacenti, que poderão atuar em conjunto ou individualmente, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa xxxxxxxx pessoa jurídica de direito privado, sita na xxxxxxxx nº. xxxx, na Cidade de xxxxxxxx Estado de xxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.º xxxxxxxxxxxxxx representada neste ato por seu Sócio-Diretor xxxxxxxxxxxxxx, RG: xxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx a seguir denominada **CONTRATADA** **acordam** e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Lei 15608/07, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital do Pregão Presencial nº. 020/2014, pelos termos da proposta da Contratada datada de xxxxxxxx, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, face às características dos bens adquiridos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem como OBJETO, a locação pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, de 250 bombas de infusão novas compatíveis com os equipos entregues, em conformidade com o constante no Pregão Presencial nº 020/2014, parte integrante do presente Instrumento.

Subcláusula Primeira:

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do Pregão Presencial nº. 020/2014, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Subcláusula Primeira:

A empresa vencedora devesse apresentar manual em português de orientação registrado na Anvisa comprovando todas as características técnicas e funcionais, assim como orientar o uso correto do equipamento e explicitar o prazo máximo de utilização contínua do equipo, para que seja garantida a qualidade das estruturas do material e conseqüentemente a segurança do paciente.

Subcláusula segunda:

Deve assegurar também que as bombas de infusão sejam compatíveis com a infusão de medicamentos e soluções parenterais diversas, como, por exemplo, nutrição parenteral total (NPT).

Subcláusula Segunda:

As bombas de infusão para utilização dos equipos dos itens deverão obrigatoriamente ser da mesma marca e modelo.

Subcláusula terceira

Após a homologação do contrato, a empresa vencedora deverá apresentar plano de capacitação para todos os usuários do equipamento no HUOP, no prazo máximo de 10 dias. Esta capacitação deverá ocorrer em no mínimo em 3 datas diferentes, a serem definidas junto ao Serviço de Educação Continuada do HUOP e Serviço de Padronização, contemplando todos os turnos de trabalho. A instituição poderá acionar a empresa contratada para novas capacitações para o uso dos equipamentos sempre que julgar necessário. Deverá ser fornecido aos funcionários Certificado de Participação emitido pela empresa.

A documentação destas capacitações será responsabilidade de setor de Educação Continuada do Hospital Universitário do Oeste do Paraná em parceria com a empresa.

Subcláusula quarta

A empresa deverá apresentar plano de manutenção dos equipamentos locados, contemplando no mínimo 2 manutenções preventivas durante a execução do contrato, no prazo máximo de 10 dias após a homologação do processo. O responsável pela manutenção dos equipamentos deverá ser assistência técnica autorizada da marca. Deverá ainda atender ao chamado de manutenção corretiva em até 2 dias úteis. Para os equipamentos que apresentarem falhas e necessitarem de manutenção fora da instituição, os mesmos deverão ser repostos, a fim de que não haja prejuízo à assistência em saúde. Estes serviços deverão ocorrer sem ônus ao Hospital Universitário do oeste do Paraná.

A empresa será responsabilizada pela ocorrência de eventos adversos aos usuários do Hospital Universitário do Oeste do Paraná por falhas mecânicas do funcionamento do equipamento fornecido, se estas estiverem acima da margem de erro que indica o manual que acompanha o equipamento.

A empresa será responsabilizada por perdas financeiras relacionadas a perda de medicamentos ou soluções de nutrição parenteral que não infundirem no tempo programado por falha mecânica das bombas de infusão que ocasionarem taxa de erro superior a 5%, e perderem o prazo de validade.

Subcláusula quinta

Todos os custos de deslocamento e hospedagem dos profissionais que farão a capacitação e/ou assistência técnica, manutenção preventiva, são de responsabilidade da empresa contratada.

Subcláusula sexta

Caso a empresa vencedora descumpra as obrigações acordadas neste edital o Hospital Universitário do Oeste do Paraná poderá rescindir o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Subcláusula Primeira:

O CONTRATANTE deverá conservar as bombas de infusão em local apropriado.

Subcláusula Segunda:

Informar a CONTRATADA, da necessidade de manutenção corretiva e/ou substituição das bombas de infusão, sempre que o CONTRATANTE julgar necessário.

Subcláusula Terceira:

O CONTRATANTE deverá garantir o encaminhamento da capacitação dos profissionais de enfermagem, e outros, que utilizarem as bombas de infusão para que estejam capacitados sobre o

uso correto da bomba de infusão. Esta capacitação deve ser garantida pela empresa contratada conforme item 16.6.4 deste edital.

Subcláusula Quarta:

O CONTRATANTE deverá Não utilizar o equipamento caso seja detectada qualquer anomalia na parte física da bomba de infusão e/ou falha de seu sistema de autoteste, durante a fase de inspeção deste equipamento e informará a CONTRATADA exigindo sua substituição.

Subcláusula Quinta:

O CONTRATANTE Não deverá fazer nenhuma modificação ou adaptação no equipamento.

CLÁUSULA QUARTA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA BOMBA:

Subcláusula Primeira

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA BOMBA DE INFUSÃO LINEAR QUE DEVE SER FORNECIDA EM COMODATO PELA EMPRESA CONTRATADA: A Bomba de infusão volumétrica peristáltica linear, empilhável ou multicanal, que permita, preferencialmente, a infusão de soluções por via enteral e parenteral com controle eletrônico programável, sistema operacional simplificado com mensagens em português. Deve garantir o fluxo contínuo e uniforme de acordo com a programação independente da viscosidade, densidade, tensão superficial e temperatura das soluções a serem infundidas. Programação para pacientes adultos e pediátricos, podendo ser única ou não. Deve possuir vazão programável mínima de 0,1 a 999 ml/h com incremento de 0,1 ml, ou superior. Capacidade de volume infundido de 9999 ml, ou maior; tempo de programação mínimo de 1 minuto a 99 horas e 59 minutos. Possuir ao menos as programações de volume por tempo (cálculo automático da vazão), e volume por vazão (cálculo automático do tempo). Deve possuir as funções: bolus; KVO (keep vein open); titulação (possibilidade de reprogramar o equipamento sem interromper a infusão em andamento); stand by e/ou pare, mantendo-se a última programação com a infusão interrompida, o tempo de espera pode ou não ser programável; deve ainda permitir zerar o volume da infusão para realização de balanço hídrico. Deve possuir detector de ar-na-linha; sistema de alarmes com sinais visuais (com indicação de fácil entendimento) e sonoros de ocorrência, indicativos de oclusão, ar-na-linha, infusão completa, bateria baixa e vazão incorreta. Os sinais sonoros podem ou não ter controle de volume ajustável. A bomba não deve ter erro superior a 5% da infusão programada; possuir bateria recarregável de longa vida, com autonomia mínima de 3 horas de uso com vazão de 25ml/h; e tensão de alimentação bivolt. **ACESSÓRIOS:** Suporte para frasco de solução; Sistema de fixação do equipamento em suporte de soro; Cabo de força em conformidade com a norma ABNT NBR 14136: 2012. Manual totalmente em português. Registro do equipamento no Ministério da Saúde. Estar de acordo com as normas técnicas: NBR - IEC 60601-1 - Equipamento eletromédico. Parte 1: Prescrições gerais para segurança, 01/10/1997. NBR - IEC 60601 - 2 - 24 - Prescrições particulares para a segurança de bombas e controladores de infusão, 01/12/1999; ou aquelas que venham a substituí-las. O fabricante do equipamento deverá ter assistência técnica devidamente comprovada, com atendimento em até 72h do chamado; Na entrega deverá ser fornecido treinamento para manuseio do equipamento.

Subcláusula Segunda

CASO A EMPRESA PROPONENTE OPTE POR OFERTAR BOMBA ESPECÍFICA PARA INFUSÃO ENTERAL: CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS DA BOMBA DE INFUSÃO LINEAR PARA SOLUÇÃO ENTERAL QUE DEVE SER FORNECIDA EM COMODATO PELA EMPRESA CONTRATADA:

Bomba de infusão volumétrica peristáltica linear ou rotativa, para infusão de alimentação enteral com controle eletrônico programável, sistema operacional simplificado com mensagens em

português. Deve garantir o fluxo contínuo e uniforme de acordo com a programação independente da viscosidade, densidade, tensão superficial e temperatura das soluções a serem infundidas. Possuir ao menos as programações de volume por tempo (cálculo automático da vazão), e vazão (ml/h). Deve contar com sistema de alarmes com sinais visuais (com indicação de fácil entendimento) e sonoros de ocorrência, indicativos de oclusão, ar-na-linha, infusão completa, bateria baixa e vazão incorreta. A bomba não deve ter erro superior a 5% da infusão programada; possuir bateria recarregável de longa vida, com autonomia mínima de 3 horas de uso com vazão de 25ml/h; e tensão de alimentação bivolt. ACESSÓRIOS: Suporte para frasco de solução; sistema de fixação do equipamento em suporte de soro; Cabo de força em conformidade com a norma ABNT NBR 14136: 2012. Manual totalmente em português. Registro do equipamento no Ministério da Saúde. Estar de acordo com as normas técnicas: NBR - IEC 60601-1 - Equipamento eletromédico. Parte 1: Prescrições gerais para segurança, 01/10/1997. NBR - IEC 60601 - 2 - 24 - Prescrições particulares para a segurança de bombas e controladores de infusão, 01/12/1999; ou aquelas que venham a substituí-las. O fabricante do equipamento deverá ter assistência técnica devidamente comprovada, com atendimento em até 72h do chamado. Na entrega deverá ser fornecido treinamento para manuseio do equipamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEVOLUÇÃO

Subcláusula Primeira:

As bombas de infusão lineares deverão permanecer no HUOP enquanto o contrato de comodato estiver em vigência desde que finalizado o estoque dos equipamentos.

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

O prazo de validade do presente contrato será de doze meses contados a partir da assinatura do mesmo, desde que finalizado o estoque dos equipamentos. Após o vencimento do referido Contrato, os equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira

Em caso de não envio da amostra, da documentação de habilitação, não assinatura do contrato, inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativa, garantida prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a UNIOESTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

Para aplicação das sanções administrativas, a UNIOESTE levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme a seguir:

A sanção administrativa de advertência será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e de contratação;

Subcláusula Segunda

A sanção administrativa de multa será aplicada por inexecução total ou parcial da obrigação, inclusive, por atraso injustificado na entrega dos materiais, sujeitando o inadimplente à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração:

- a) De 1% (um por cento) sobre o valor total da ordem de compra, por dia de atraso no evento não cumprido, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor.
- b) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra, por infração a qualquer cláusula ou condição do Edital, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da ordem de compra, pela não entrega do (s) materiais confirmado(s) pela empresa ou pela entrega em desacordo;
- d) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta vencedora, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preço ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital.
- e) De 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- f) De 5% (cinco por cento) do valor total da ordem de compra pela entrega realização do serviço em desacordo com a proposta de preços aceita na sessão do pregão;

Subcláusula Terceira

A aplicação da multa não impede que a UNIOESTE rescinda unilateralmente o contrato ou instrumento equivalente, e aplique as demais sanções previstas na legislação estadual pertinente;

As multas previstas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a empresa inadimplente da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;

Subcláusula Quarta

No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, deverá ser cobrado o valor complementar. A multa não paga será cobrada administrativamente e/ou judicialmente.

A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a UNIOESTE serão aplicadas nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos art. n.º 154 da Lei Estadual n.º 15.608/07 ou nos incisos do art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

A sanção administrativa de declaração de inidoneidade será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos art. 156 da Lei Estadual n.º 15.608/07, ou nos incisos do art. 87 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete a rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (HUOP), poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. n.º 150 da Lei Estadual n.º 15.608/07, ou as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a

20% (vinte por cento) sobre o valor contratado.

Comprovado que o bem fornecido não corresponde às especificações constantes na proposta, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a substituí-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.

As sanções administrativas prevista neste item 18.1 serão aplicadas sem prejuízo das cominações impostas na Lei Estadual n.º 15.608/07 e suas alterações, ou das cominações impostas na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, além da instrução de Serviço n.º 003/2004 – GRE, de 14 de maio de 2004.

As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de caso fortuito e força maior e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da UNIOESTE.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 129 e seguintes da Lei Estadual nº 15608/07.

Subcláusula Única:

O CONTRATANTE reconhece os direitos da COMODATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 129, da Lei Estadual nº 15.608/07.

CLÁUSULA DÉCIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei Estadual nº 15.608/07 de 16 de Agosto de 2007 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Estadual nº 15.608/07, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Cascavel, xx de xxxxxx de 2014.

REITOR DA UNIOESTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome e RG

Nome e RG

Processo nº 0001756/2014

Pregão nº 020/2014 – UNIOESTE — HUOP

Anexo XV

Resultado do chamamento de Equipos e Bombas

Equipos e Bombas Aprovados e Reprovados através de Chamamento Público				
Item	Unid.	Produto	B.Braun S.A – Ind.de Prod.Farm.Med- Hosp (CNPJ 31.673.254/0001- 02)	Fresenius Kabi Brasil Ltda (CNPJ 49.324.221/0001- 04)
937	Pç	Equipo para administração de alimentação enteral de uso em bomba de infusão, fabricado com material atóxico, com ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, câmara de gotejamento flexível, tubo extensor de PVC com comprimento mínimo de 2,00m de cor diferenciada dos equipos de infusão parenteral, como por exemplo, azul ou lilás; com pinça rolete, terminação escalonada que permita a perfeita conexão em sondas de alimentação enteral, e impossibilite a conexão em acessos venosos, de modo a garantir a segurança do paciente, com tampa protetora...	Aprovado	Reprovado
942	Pç	Equipo para administração de soluções parenterais Fotosensíveis, de uso em bomba de infusão, fabricado com material atóxico, com ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, gotejador padrão, câmara de gotejamento flexível, filtro de partículas de 15 micras, tubo extensor de PVC com no mínimo 2,15 metros de cor âmbar; pinça rolete, dotado ou não de injetor lateral tipo membrana auto-cicatrizante ou needle-free, terminação com rosca e tampa protetora...		
11551	Un.	Equipo para administração de soluções Parenterais de uso em bomba de infusão, fabricado com material atóxico, com ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, gotejador padrão, câmara de gotejamento flexível, tubo extensor de PVC com no mínimo 2,15 metros; Filtro de partículas de 15 micras; pinça rolete, injetor lateral tipo membrana auto-cicatrizante ou needle-free, terminação com rosca e tampa protetora...		
57809	Un.	Equipo com prime reduzido (máx. de 20ml) para administração de soluções parenterais de uso em bomba de infusão, podendo oferecer ou não bureta de 100ml a 150ml. Fabricado com material atóxico, disposto de ponta perfurante universal com tampa protetora, entrada de ar com filtro bacteriológico de 0,2 micras com tampa, gotejador padrão, câmara de gotejamento flexível, tubo extensor de PVC com no mínimo 2,00 metros, filtro de partículas de 15 micras, pinça rolete, injetor lateral tipo membrana auto-cicatrizante ou needle-free, terminação com rosca e tampa protetora...		

		<p>Bomba de infusão volumétrica peristáltica linear, empilhável ou multicanal, que permita, preferencialmente, a infusão de soluções por via enteral e parenteral com controle eletrônico programável, sistema operacional simplificado com mensagens em português. Deve garantir o fluxo contínuo e uniforme de acordo com a programação independente da viscosidade, densidade, tensão superficial e temperatura das soluções a serem infundidas. Programação para pacientes adultos e pediátricos, podendo ser única ou não. Deve possuir vazão programável mínima de 0,1 a 999,9 ml/h com incremento de 0,1 ml, ou superior. Capacidade de volume infundido de 9999 ml, ou maior; tempo de programação mínimo de 1 minuto a 99 horas e 59 minutos. Possuir ao menos as programações de volume por tempo (cálculo automático da vazão), e volume por vazão (cálculo automático do tempo). Deve possuir as funções: bolus; KVO (keep vein open); titulação (possibilidade de reprogramar o equipamento sem interromper a infusão em andamento); stand by e/ou pare, mantendo-se a última programação com a infusão interrompida, o tempo de espera pode ou não ser programável; deve ainda permitir zerar o volume da infusão para realização de balanço hídrico. Deve possuir detector de ar-na-linha; sistema de alarmes com sinais visuais (com indicação de fácil entendimento) e sonoros de ocorrência, indicativos de oclusão, ar-na-linha, infusão completa, bateria baixa e vazão incorreta. Os sinais sonoros podem ou não ter controle de volume ajustável. A bomba não deve ter erro superior a 5% da infusão programada; possuir bateria recarregável de longa vida, com autonomia mínima de 3 horas de uso com vazão de 25ml/h; e tensão de alimentação bivolt. ACESSÓRIOS: Suporte para frasco de solução; Sistema de fixação do equipamento em suporte de soro; Cabo de força em conformidade com a norma ABNT NBR 14136: 2012. Manual totalmente em português. Registro do equipamento no Ministério da Saúde. Estar de acordo com as normas técnicas: NBR - IEC 60601-1 - Equipamento eletromédico. Parte 1: Prescrições gerais para segurança, 01/10/1997. NBR - IEC 60601 - 2 - 24 - Prescrições particulares para a segurança de bombas e controladores de infusão, 01/12/1999; ou aquelas que venham a substituí-las. O fabricante do equipamento deverá ter assistência técnica devidamente comprovada, com atendimento em até 72h do chamado; Na entrega deverá ser fornecido treinamento para manuseio do equipamento.</p>	Aprovado	Reprovado
		<p>Bomba de infusão volumétrica peristáltica linear ou rotativa, para infusão de alimentação enteral com controle eletrônico programável, sistema operacional simplificado com mensagens em português. Deve garantir o fluxo contínuo e uniforme de acordo com a programação independente da viscosidade, densidade, tensão superficial e temperatura das soluções a serem infundidas. Possuir ao menos as programações de volume por tempo (cálculo automático da vazão), e vazão (ml/h). Deve contar com sistema de alarmes com sinais visuais (com indicação de fácil entendimento) e sonoros de ocorrência, indicativos de oclusão, ar-na-linha, infusão completa, bateria baixa e vazão incorreta. A bomba não deve ter erro superior a 5% da infusão programada; possuir bateria recarregável de longa vida, com autonomia mínima de 3 horas de uso com vazão de 25ml/h; e tensão de alimentação bivolt. ACESSÓRIOS: Suporte para frasco de solução; sistema de fixação do equipamento em suporte de soro; Cabo de força em conformidade com a norma ABNT NBR 14136: 2012. Manual totalmente em português. Registro do equipamento no Ministério da Saúde. Estar de acordo com as normas técnicas: NBR - IEC 60601-1 - Equipamento eletromédico. Parte 1: Prescrições gerais para segurança, 01/10/1997. NBR - IEC 60601 - 2 - 24 - Prescrições particulares para a segurança de bombas e controladores de infusão, 01/12/1999; ou aquelas que venham a substituí-las. O fabricante do equipamento deverá ter assistência técnica devidamente comprovada, com atendimento em até 72h do chamado. Na entrega deverá ser fornecido treinamento para manuseio do equipamento.</p>	Não se aplica	